



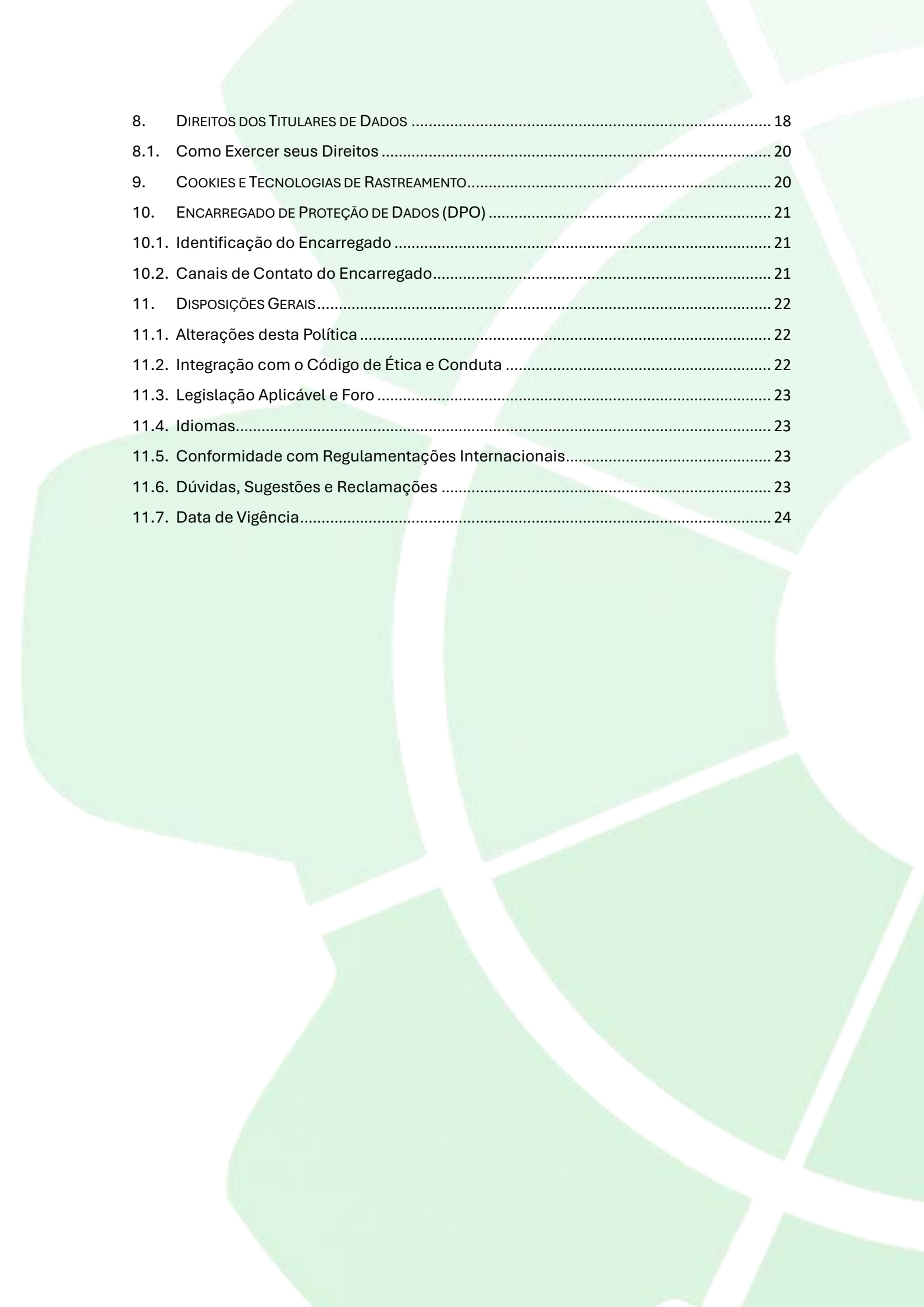
POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

2025



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	Apresentação	1
1.2.	Objetivo	1
1.3.	Identificação do Controlador de Dados	2
1.4.	Base Legal e Normativa	2
1.5.	Implicações Constitucionais e Práticas.....	4
1.6.	Conformidade Regulatória e Boas Práticas em Privacidade e Proteção de Dados	4
1.7.	Monitoramento e Atualização	7
1.8.	Abrangência e Aplicabilidade.....	7
2.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	8
2.1.	Princípio da Finalidade	8
2.2.	Princípio da Adequação.....	9
2.3.	Princípio da Necessidade.....	9
2.4.	Princípio do Livre Acesso.....	9
2.5.	Princípio da Qualidade dos Dados	9
2.6.	Princípio da Transparência	10
2.7.	Princípio da Segurança	10
2.8.	Princípio da Prevenção	10
2.9.	Princípio da Não Discriminação	10
2.10.	Princípio da Responsabilização e Prestação de Contas	10
3.	DADOS PESSOAIS COLETADOS.....	11
3.1.	Categorias de Dados Pessoais.....	11
3.2.	Dados Pessoais Sensíveis	12
3.3.	Dados de Crianças e Adolescentes.....	12
4.	FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS	13
5.	BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO.....	14
6.	COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS	15
6.1.	Princípios do Compartilhamento	15
6.2.	Categorias de Destinatários.....	15
6.3.	Transferência Internacional de Dados	16
6.4.	Garantias de Proteção no Compartilhamento	16
7.	SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS.....	17



8.	DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS	18
8.1.	Como Exercer seus Direitos	20
9.	COOKIES E TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO.....	20
10.	ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)	21
10.1.	Identificação do Encarregado	21
10.2.	Canais de Contato do Encarregado.....	21
11.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22
11.1.	Alterações desta Política	22
11.2.	Integração com o Código de Ética e Conduta	22
11.3.	Legislação Aplicável e Foro	23
11.4.	Idiomas.....	23
11.5.	Conformidade com Regulamentações Internacionais.....	23
11.6.	Dúvidas, Sugestões e Reclamações	23
11.7.	Data de Vigência.....	24



1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação

A C2050, plataforma de produtos, serviços e assessoria em compliance e tecnologia ambiental, reafirma seu compromisso com a privacidade, a segurança e a proteção dos dados pessoais de todos os seus stakeholders — incluindo clientes, usuários da plataforma, colaboradores, parceiros, fornecedores e visitantes do site.

Esta **Política de Privacidade e Proteção de Dados** tem como finalidade estabelecer, de forma transparente, acessível e responsável, como a C2050 coleta, utiliza, armazena, compartilha e protege dados pessoais em todas as suas atividades, em conformidade com a legislação brasileira e internacional aplicável, em especial a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

1.2. Objetivo

O propósito desta Política é assegurar a **governança responsável de dados pessoais** e o **respeito integral aos direitos dos titulares**, promovendo confiança e integridade em todas as relações institucionais da C2050. Em particular, esta Política tem como objetivos:

1. **Informar**, de maneira clara e completa, sobre as práticas adotadas pela Companhia no tratamento de dados pessoais;
2. **Garantir transparência** em todas as operações de coleta, uso, acesso, armazenamento e compartilhamento de informações;
3. **Assegurar o cumprimento integral da LGPD**, bem como de outras normas nacionais e internacionais sobre privacidade e proteção de dados;



4. **Estabelecer diretrizes internas** para a preservação da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade das informações; e
5. **Fortalecer a confiança** nas relações comerciais, contratuais e institucionais mantidas pela C2050, reafirmando o compromisso ético e jurídico da Companhia com a proteção dos dados pessoais.

1.3. Identificação do Controlador de Dados

O representante designado conforme o art. 27 do GDPR é :

Alan Barry, 37, Anglesea Road, Ballsbridge – Dublin D04C4E7 – Ireland

alan.barry@c2050.com

Razão Social: Climate Compliance 2050 (Holdings) Limited

Registro: Companies Registration Office – CRO sob o nº 764629

Endereço: 37, Anglesea Road, Ballsbridge – Dublin D04C4E7 – Ireland , e
escritório administrativo à Av. Paulista, 2202, 7º andar, cj 71 - sala 10-B, São
Paulo-SP, CEP 01310-300

Website: www.c2050.com

E-mail para questões de privacidade: privacy@c2050.com

1.4. Base Legal e Normativa

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados está fundamentada nas seguintes normas jurídicas, regulamentares e institucionais, nacionais e internacionais:

Categoria de Norma	Referências e Instrumentos Aplicáveis
Normas Brasileiras	Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso LXXIX, incluído pela Emenda Constitucional nº 115/2022, que reconhece a proteção de dados pessoais como direito fundamental.

Categoria de Norma	Referências e Instrumentos Aplicáveis
	<p>Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).</p> <p>Lei Federal nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet.</p> <p>Decreto Federal nº 8.771/2016 – Regulamento do Marco Civil da Internet.</p> <p>Resolução CD/ANPD nº 2/2022 – Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas.</p> <p>Portaria ANPD nº 5/2024 – Diretrizes para o Tratamento de Dados Pessoais em Sistemas de Inteligência Artificial.</p> <p>Guia Orientativo da ANPD (2024) – Critérios para Notificação de Incidentes de Segurança.</p> <p>Guia de Boas Práticas e Governança em Privacidade (ANPD, 2024).</p> <p>Resolução CD/ANPD nº 8/2025 – Procedimentos e Requisitos para Transferência Internacional de Dados Pessoais.</p>
Normas Europeia	<p>General Data Protection Regulation (GDPR) – Regulamento (UE) 2016/679, aplicável a dados de cidadãos europeus.</p> <p>Princípios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) sobre Privacidade (1980).</p> <p>Lei de Privacidade do Consumidor da Califórnia (CCPA, 2018).</p> <p>Certificações e padrões internacionais de segurança da informação e privacidade, como ISO/IEC 27001 e ISO/IEC 27701.</p>
Normas e Instrumentos Internos	<p>Código de Ética e Conduta da C2050.</p> <p>Políticas internas de Segurança da Informação, Governança Digital e Compliance da C2050.</p>

A C2050 observa integralmente as disposições dos artigos 44 a 50 do GDPR, que tratam da transferência internacional de dados, bem como adota as Cláusulas Contratuais Padrão previstas no artigo 46(2)(d) do GDPR, garantindo a adequação e segurança das transferências transfronteiriças de dados pessoais.

1.5. Implicações Constitucionais e Práticas

A constitucionalização da proteção de dados implica:

- Prevalência sobre outras normas infraconstitucionais em caso de conflito;
- Interpretação das normas de proteção de dados à luz dos direitos fundamentais;
- Maior rigidez na aplicação e fiscalização pela ANPD e pelo Poder Judiciário;
- Possibilidade de controle de constitucionalidade de leis que tratem de dados pessoais; e
- Fortalecimento da posição do titular de dados em relações contratuais.
- A C2050 reconhece a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), instituída como autarquia independente pela Lei nº 14.460/2022, como órgão competente para a regulação, fiscalização e aplicação de sanções relativas à proteção de dados pessoais no Brasil.

1.6. Conformidade Regulatória e Boas Práticas em Privacidade e Proteção de Dados

A C2050 adota práticas de governança em privacidade e proteção de dados alinhadas às normas e orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como a legislações correlatas nacionais e internacionais.

A C2050 adota, de forma estruturada, os princípios de “Privacidade desde a Concepção e por Padrão” (*Privacy by Design and by Default*), em conformidade com o artigo 25 do GDPR. Todas as soluções tecnológicas e processos organizacionais são concebidos com medidas preventivas que limitam o tratamento de dados pessoais ao mínimo necessário e garantem a proteção desde a fase de planejamento até a execução das atividades.

A tabela a seguir consolida as principais regulamentações aplicáveis, seus objetivos e as diretrizes implementadas pela Companhia.

Regulamentação / Norma	Escopo e Conteúdo Principal	Diretrizes e Práticas Adotadas pela C2050
Resolução CD/ANPD nº 8/2025 – Transferência Internacional de Dados	Estabelece procedimentos e requisitos específicos para a transferência internacional de dados pessoais (art. 33 da LGPD).	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de Cláusulas Contratuais Padrão (CCPs) aprovadas pela ANPD e cláusulas-padrão da União Europeia quando aplicável; - Transferências apenas para países com nível de proteção adequado reconhecido pela ANPD; - Consentimento específico do titular quando necessário; - Adoção de certificações internacionais de proteção de dados (ex.: ISO 27701); - Principais destinos: União Europeia, Reino Unido, Estados Unidos e parceiros em Américas, Ásia e África com garantias contratuais adequadas.
Portaria ANPD nº 5/2024 – Inteligência Artificial e Tratamento de Dados	Define princípios e diretrizes para o uso ético e seguro de sistemas de IA no tratamento de dados pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> - Adoção dos princípios de transparência algorítmica, explicabilidade, não discriminação, segurança e supervisão humana; - Realização de Avaliação de Impacto Algorítmico (AIA) para sistemas de alto risco, documentando finalidade, funcionamento, dados utilizados, riscos, medidas mitigatórias e monitoramento contínuo; - Aplicação prática em: análise geoespacial, verificação automatizada de conformidade, estimativas de sequestro de carbono, detecção de anomalias e análise preditiva de riscos, sempre sob supervisão humana.
Guia ANPD 2024 – Notificação de Incidentes de Segurança	Estabelece critérios objetivos para notificação obrigatória de incidentes de segurança e comunicação aos titulares.	<ul style="list-style-type: none"> - Notificação à ANPD em até 2 dias úteis após ciência do incidente, com relatório complementar em até 15 dias; - Comunicação aos titulares em prazo razoável, quando houver risco de dano relevante;

Regulamentação / Norma	Escopo e Conteúdo Principal	Diretrizes e Práticas Adotadas pela C2050
		<ul style="list-style-type: none"> - Meios de comunicação: e-mail, SMS, notificação na plataforma ou publicação no site; - Critérios de materialidade: acesso não autorizado, vazamento de dados sensíveis, incidentes com mais de 1.000 titulares, dados de crianças, adolescentes ou grupos vulneráveis, ou riscos de dano financeiro, reputacional ou discriminatório.
<p>Decreto Federal nº 8.771/2016 – Marco Civil da Internet</p>	<p>Regulamenta princípios de segurança, confidencialidade e guarda de registros de acesso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Guarda de registros de acesso por no mínimo 6 meses, conforme art. 15 do Marco Civil; - Dados armazenados: IP, data e hora de acesso, páginas visitadas; - Finalidade: segurança, prevenção a fraudes e cumprimento de ordens judiciais; - Implementação de controles de acesso, logs de auditoria e medidas técnicas e administrativas de proteção; notificação aos titulares em caso de ordem judicial para compartilhamento de dados.
<p>Guia de Boas Práticas ANPD (2024)</p>	<p>Define parâmetros de programas de governança em privacidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de Programa de Governança em Privacidade com: Encarregado de Dados (DPO) designado, Comitê de Privacidade, políticas atualizadas, treinamentos periódicos e auditorias internas e externas; - Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD/DPIA) elaborados para operações de alto risco, uso de novas tecnologias, tratamento de dados sensíveis, transferências internacionais e decisões automatizadas.
<p>Resolução CD/ANPD nº 2/2022 – Dosimetria de Sanções</p>	<p>Estabelece critérios para aplicação de sanções administrativas pela ANPD.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Observância dos critérios de gravidade da infração, boa-fé do controlador, vantagem auferida, condição econômica, reincidência, grau de dano aos titulares, cooperação com a ANPD, adoção de mecanismos de mitigação e governança e implementação imediata de medidas corretivas.



1.7. Monitoramento e Atualização

A C2050 compromete-se a acompanhar continuamente as novas regulamentações aplicáveis, assegurando que suas práticas permaneçam em conformidade com os padrões legais e técnicos mais atuais.

A Companhia realiza revisões e atualizações periódicas desta Política, com periodicidade mínima anual, e conduz auditorias internas de conformidade destinadas a avaliar a efetividade das medidas de proteção de dados.

Além disso, busca de forma contínua a obtenção de certificações reconhecidas em proteção de dados, coopera integralmente com processos de fiscalização e solicitações de autoridades competentes, e mantém canal permanente de comunicação com seus stakeholders, promovendo transparência e confiança em todas as suas relações institucionais.

Todas as versões desta Política são registradas e arquivadas com indicação da data de revisão e histórico de alterações. A C2050 manterá Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD/DPIA) atualizados para todas as operações de alto risco, conforme o artigo 38 do GDPR, avaliando periodicamente os riscos e medidas de mitigação associadas ao tratamento de dados pessoais.

1.8. Abrangência e Aplicabilidade

Esta Política aplica-se a todos os dados pessoais tratados pela C2050 em suas operações, incluindo aqueles coletados por meio de sua plataforma SaaS, bem como os obtidos em relacionamentos comerciais, contratuais e institucionais.



Abrange igualmente as informações de colaboradores, parceiros, fornecedores e prestadores de serviços, além de dados ambientais e geoespaciais que contenham elementos passíveis de identificação pessoal.

Sua aplicação estende-se a todos os canais de comunicação, digitais ou presenciais, utilizados pela Companhia no exercício de suas atividades.

Esta Política também se aplica a todas as operações conduzidas pela C2050 no Brasil e no exterior, observadas as legislações locais e internacionais aplicáveis em matéria de privacidade e proteção de dados pessoais.

Esta Política também se aplica ao tratamento de dados pessoais de titulares localizados na União Europeia, sempre que a C2050 oferecer bens ou serviços a esses titulares ou monitorar o seu comportamento, nos termos do artigo 3(2) do GDPR.

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O tratamento de dados pessoais pela C2050 observa os seguintes princípios estabelecidos pela LGPD:

2.1. Princípio da Finalidade

Os dados pessoais são coletados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.



2.2. Princípio da Adequação

O tratamento de dados é compatível com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento e em conformidade com as expectativas razoáveis do titular.

2.3. Princípio da Necessidade

A C2050 limita o tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, coletando apenas dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação aos propósitos do tratamento.

2.4. Princípio da Minimização e Limitação de Armazenamento

A C2050 assegura que os dados pessoais sejam adequados, pertinentes e limitados ao necessário em relação às finalidades para as quais são tratados, e que sejam conservados apenas pelo período estritamente necessário, conforme previsto no artigo 5, alíneas (c) e (e) do GDPR.

2.5. Princípio do Livre Acesso

É garantida aos titulares a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

2.6. Princípio da Qualidade dos Dados

A C2050 assegura aos titulares a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.



2.7. Princípio da Transparência

São garantidas aos titulares informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

2.8. Princípio da Segurança

A empresa utiliza medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

2.9. Princípio da Prevenção

São adotadas medidas preventivas para evitar a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

2.10. Princípio da Não Discriminação

O tratamento de dados não pode ser realizado para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos, em conformidade com o Código de Ética e Conduta da C2050.

2.11. Princípio da Responsabilização e Prestação de Contas

A C2050 demonstra a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e da eficácia dessas medidas.

3. DADOS PESSOAIS COLETADOS

3.1. Categorias de Dados Pessoais

A C2050 pode coletar e tratar as seguintes categorias de dados pessoais:

Categoria de Dados	Exemplos de Informações Coletadas
Dados Cadastrais e de Identificação	Nome completo; CPF/CNPJ; RG e demais documentos oficiais; data de nascimento; nacionalidade; estado civil; profissão e cargo.
Dados de Contato	Endereço residencial ou comercial; telefone fixo e celular; endereço de e-mail; informações de redes sociais profissionais.
Dados Financeiros e Bancários	Dados bancários utilizados para pagamentos; informações de faturamento; histórico de transações comerciais; dados fiscais e tributários.
Dados Técnicos e de Navegação	Endereço IP; tipo de navegador e dispositivo; sistema operacional; páginas visitadas e tempo de navegação; cookies e tecnologias similares; dados de geolocalização.
Dados Profissionais e Empresariais	Empresa de vínculo e posição hierárquica; área de atuação; histórico profissional relevante; certificações e qualificações técnicas.
Dados Relacionados a Projetos Ambientais	Informações sobre propriedades rurais e áreas de projeto; dados geoespaciais e coordenadas geográficas; documentação de titularidade e posse de terras; informações sobre práticas agrícolas e florestais; dados de monitoramento ambiental.
Dados Públicos	Quando os dados pessoais forem obtidos de fontes públicas, bases de dados acessíveis ao público ou terceiros parceiros, a C2050 comunicará o titular sobre a coleta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o artigo 14 do GDPR, informando a origem dos dados e as finalidades do tratamento.



3.2. Dados Pessoais Sensíveis

A C2050 não coleta dados pessoais sensíveis (origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, dados genéticos, biométricos, relativos à saúde ou vida sexual) como prática regular de suas operações.

Caso seja necessário o tratamento de dados sensíveis para finalidades específicas relacionadas aos serviços prestados, a empresa solicitará consentimento específico e destacado do titular, informando claramente a finalidade do tratamento.

O consentimento para o tratamento de dados sensíveis será sempre específico, destacado e informado, podendo ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, conforme o artigo 11, inciso I, da LGPD.

3.3. Dados de Crianças e Adolescentes

A plataforma e os serviços da C2050 não são direcionados a menores de 18 anos. A empresa não coleta intencionalmente dados pessoais de crianças ou adolescentes sem o consentimento expresso dos pais ou responsáveis legais.

Caso a C2050 tome conhecimento de que coletou dados de menores sem o devido consentimento, adotará medidas imediatas para eliminá-los de seus sistemas.

A C2050 adota mecanismos técnicos de verificação de idade e confirmação de consentimento parental para impedir o registro indevido de menores de 18 anos, conforme as boas práticas internacionais e o artigo 8 do GDPR.

4. FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS

A **C2050** realiza o tratamento de dados pessoais de acordo com as finalidades legítimas e específicas relacionadas às suas atividades empresariais, observando os princípios de necessidade, adequação, transparência e segurança previstos nas leis aplicáveis.

Base ou Finalidade do Tratamento	Atividades e Exemplos Práticos
Prestação de Serviços	Cadastro e gestão de contas de usuários na plataforma SaaS; avaliação, verificação e certificação de ativos ambientais; análise de dados geoespaciais e monitoramento de projetos; geração de relatórios e análises técnicas; verificação de compliance e conformidade regulatória; suporte técnico e atendimento ao cliente.
Execução de Contratos	Celebração e cumprimento de contratos de prestação de serviços; gestão de relacionamentos comerciais; processamento de pagamentos e faturamento; administração de parcerias e fornecedores.
Cumprimento de Obrigações Legais e Regulatórias	Atendimento a obrigações fiscais e tributárias; cumprimento de determinações judiciais e de autoridades competentes; resposta a requisições de órgãos reguladores; manutenção de registros contábeis e documentação legal; prevenção à lavagem de dinheiro e combate à corrupção.
Legítimo Interesse	Melhoria e desenvolvimento de produtos e serviços; análise estatística e pesquisa de mercado; proteção contra fraudes e segurança da informação; defesa de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais; gestão de riscos e compliance interno.
Comunicação e Marketing	Envio de informações sobre serviços, atualizações e novidades; comunicações institucionais e notificações importantes; pesquisas de satisfação; envio de materiais educacionais sobre o mercado de carbono, mediante consentimento do titular.
Operações de Tratamento de Dados ROPA	A C2050 mantém um Registro de Operações de Tratamento de Dados (ROPA), nos termos do artigo 30 do GDPR e do artigo 37 da LGPD, que documenta de forma contínua as categorias de dados tratados, finalidades, bases legais e medidas de segurança aplicáveis.

5. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais realizado pela **C2050** fundamenta-se nas **bases legais previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, conforme indicado a seguir:

Base Legal	Hipóteses e Aplicações Práticas
Consentimento do Titular	Ocorre quando o titular fornece consentimento livre, informado e inequívoco para o tratamento de seus dados pessoais para finalidades específicas . O consentimento pode ser revogado a qualquer momento , mediante solicitação expressa do titular.
Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória	Utilizada para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias pela C2050, incluindo obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e de conformidade regulatória .
Execução de Contrato	Aplicável à execução de contratos ou procedimentos preliminares relacionados a contratos dos quais o titular seja parte, a pedido do próprio titular.
Exercício Regular de Direitos	Abrange o exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais , inclusive para defesa de interesses legítimos da C2050 .
Legítimo Interesse	Fundamenta o tratamento quando necessário para atender interesses legítimos do controlador ou de terceiro, desde que não prevaleçam os direitos e liberdades fundamentais do titular. A C2050 realiza testes de balanceamento e proporcionalidade para assegurar que o legítimo interesse não viole direitos dos titulares.
Proteção da Vida ou da Incolumidade Física	Aplica-se quando o tratamento for necessário à proteção da vida ou da integridade física do titular dos dados ou de terceiros.
Tutela da Saúde	Ocorre para finalidades de tutela da saúde , exclusivamente em procedimentos realizados por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridades sanitárias .
Interesse Público	Aplicável às operações realizadas em parceria com órgãos públicos ou voltadas à execução de políticas ambientais e climáticas de interesse coletivo, conforme o artigo 7º, III da LGPD e o artigo 6(1)(e) do GDPR.

6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

6.1. Princípios do Compartilhamento

A C2050 não comercializa dados pessoais de seus usuários, clientes ou colaboradores. O compartilhamento de dados ocorre apenas quando necessário para a prestação dos serviços, cumprimento de obrigações legais ou mediante consentimento expresso do titular.

6.2. Categorias de Destinatários

Os dados pessoais tratados pela C2050 podem ser compartilhados com terceiros estritamente para fins legítimos e compatíveis com as finalidades informadas aos titulares, observadas as salvaguardas contratuais e legais aplicáveis.

Categoria de Destinatários	Finalidade ou Tipo de Compartilhamento
Parceiros Técnicos e Operacionais	Provedores de infraestrutura de nuvem e hospedagem ; fornecedores de tecnologia para análise de dados geoespaciais ; provedores de serviços de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) ; e empresas especializadas em segurança da informação e cibersegurança .
Parceiros Comerciais	Verificadores independentes de projetos ambientais ; certificadoras de créditos de carbono ; instituições financeiras responsáveis pelo processamento de pagamentos; e parceiros da rede global localizados nas Américas, Europa, Ásia e África.
Autoridades Públicas e Órgãos Reguladores	Compartilhamento quando necessário para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias , incluindo: Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ; Receita Federal do Brasil ; órgãos ambientais (IBAMA e órgãos estaduais e municipais); Poder Judiciário e Ministério Público ; autoridades policiais e de segurança pública .
Prestadores de Serviços Profissionais	Escritórios de advocacia , empresas de auditoria e contabilidade , consultores especializados em compliance e ESG e empresas de seguros , contratados para apoiar as operações técnicas, jurídicas e financeiras da Companhia.

6.3. Transferência Internacional de Dados

A C2050 pode realizar transferência internacional de dados pessoais para países que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ou mediante a adoção de garantias apropriadas, tais como:

- Cláusulas contratuais padrão aprovadas pela ANPD
- Cláusulas-padrão contratuais da União Europeia
- Certificações internacionais de proteção de dados
- Consentimento específico do titular para a transferência

As transferências internacionais são realizadas principalmente para parceiros localizados na Europa (Portugal, Reino Unido), Estados Unidos e países com adequado nível de proteção de dados.

A C2050 realiza Avaliações de Impacto para Transferências Internacionais de Dados (TIA), conforme a Resolução CD/ANPD nº 8/2025 e o artigo 46(2)(d) do GDPR, garantindo que os países destinatários assegurem nível adequado de proteção.

Antes da contratação de operadores ou suboperadores localizados no exterior, a C2050 conduz procedimentos de due diligence de conformidade, assinando aditivos contratuais de proteção de dados que atendem às exigências do artigo 28 do GDPR.

6.4. Garantias de Proteção no Compartilhamento

A C2050 assegura que todos os destinatários de dados pessoais com os quais realiza qualquer forma de compartilhamento estejam contratualmente obrigados a manter a confidencialidade das informações e a implementar medidas

técnicas e organizacionais adequadas de segurança. Esses destinatários devem utilizar os dados exclusivamente para as finalidades previamente autorizadas, cumprir integralmente a legislação de proteção de dados aplicável e notificar a C2050 imediatamente sobre qualquer incidente de segurança que possa comprometer a integridade, a disponibilidade ou a confidencialidade das informações tratadas.

7. SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

A C2050 adota medidas técnicas, organizacionais e administrativas destinadas a garantir a **confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais**, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e as melhores práticas internacionais de segurança da informação.

Aspecto de Segurança	Diretrizes e Práticas Adotadas pela C2050
Medidas Técnicas de Segurança	Implementação de criptografia de dados em trânsito (SSL/TLS) e em repouso; autenticação multifator para acesso a sistemas críticos; controles de acesso baseados em função (RBAC) ; firewalls e sistemas de detecção de intrusão ; monitoramento contínuo de logs e atividades ; backups regulares e planos de recuperação de desastres ; realização de testes de penetração e avaliações de vulnerabilidade periódicas ; aplicação de técnicas de anonimização e pseudonimização quando cabível.
Medidas Organizacionais de Proteção	Adoção de Política de Segurança da Informação documentada ; treinamento obrigatório e contínuo em proteção de dados para todos os colaboradores; contratos de confidencialidade com colaboradores e terceiros; procedimentos formais de resposta a incidentes de segurança ; auditorias periódicas de segurança e compliance ; gestão de fornecedores com avaliação de riscos ; e segregação de funções com observância do princípio do menor privilégio .
Gestão de Incidentes de Segurança	Em caso de incidente de segurança que possa gerar risco ou dano relevante aos titulares, a C2050 compromete-se a comunicar a ANPD em prazo razoável , conforme a legislação aplicável; notificar os titulares afetados quando o incidente puder gerar-lhes dano; adotar medidas imediatas de contenção e mitigação ; documentar o incidente e as ações corretivas implementadas ; e introduzir melhorias estruturais para prevenir ocorrências futuras.
Período de Retenção de Dados	Os dados pessoais são mantidos apenas pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades que justificaram sua coleta, considerando: a vigência contratual , os prazos legais de guarda (fiscais, trabalhistas e

Aspecto de Segurança	Diretrizes e Práticas Adotadas pela C2050
	regulatórios), a necessidade de preservação de provas e as obrigações específicas do setor ambiental e de mercado de carbono . Após o término do período de retenção, os dados são eliminados de forma segura ou anonimizados , conforme previsto na LGPD.

A C2050 realiza avaliações periódicas de risco (risk assessment) e mantém planos de continuidade de negócios e recuperação de desastres (business continuity), conforme os princípios da norma ISO 27005 e o artigo 32 do GDPR, assegurando a resiliência de seus sistemas e a proteção contínua dos dados pessoais.

Essas medidas refletem o compromisso permanente da C2050 com a segurança da informação, a prevenção de riscos e a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais, assegurando o cumprimento dos mais elevados padrões éticos, legais e técnicos em suas operações.

8. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

A C2050 adota medidas técnicas, organizacionais e administrativas destinadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e as melhores práticas de segurança da informação.

Aspecto de Segurança	Diretrizes e Práticas Adotadas pela C2050
Medidas Técnicas de Segurança	Implementação de criptografia de dados em trânsito (SSL/TLS) e em repouso; autenticação multifator para acesso a sistemas críticos; controles de acesso baseados em função (RBAC) ; firewalls e sistemas de detecção de intrusão ; monitoramento contínuo de logs e atividades ; backups regulares e planos de recuperação de desastres ;

Aspecto de Segurança	Diretrizes e Práticas Adotadas pela C2050
	realização de testes de penetração e avaliações de vulnerabilidade periódicas ; aplicação de técnicas de anonimização e pseudonimização quando cabível.
Medidas Organizacionais de Proteção	Adoção de Política de Segurança da Informação documentada ; treinamento obrigatório e contínuo em proteção de dados para todos os colaboradores; contratos de confidencialidade com colaboradores e terceiros; procedimentos formais de resposta a incidentes de segurança ; auditorias periódicas de segurança e compliance ; gestão de fornecedores com avaliação de riscos ; e segregação de funções com observância do princípio do menor privilégio .
Gestão de Incidentes de Segurança	Em caso de incidente de segurança que possa gerar risco ou dano relevante aos titulares, a C2050 compromete-se a comunicar a ANPD em prazo razoável , conforme legislação aplicável; notificar os titulares afetados quando o incidente puder gerar-lhes dano; adotar medidas imediatas de contenção e mitigação ; documentar o incidente e as ações corretivas implementadas ; e introduzir melhorias estruturais para prevenir ocorrências futuras.
Período de Retenção de Dados	Os dados pessoais são mantidos apenas pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades que justificaram sua coleta, considerando: a vigência contratual , os prazos legais de guarda (fiscais, trabalhistas e regulatórios), a necessidade de preservação de provas e as obrigações específicas do setor ambiental e de mercado de carbono . Após o término do período de retenção, os dados são eliminados de forma segura ou anonimizados , conforme previsto na LGPD.
Direitos de Portabilidade	Os titulares localizados na União Europeia podem exercer os direitos de portabilidade dos dados em formato estruturado, interoperável e de uso comum, bem como o direito de restrição de tratamento, oposição e não sujeição a decisões automatizadas, nos termos dos artigos 20 a 22 do GDPR.

8.1. Como Exercer seus Direitos

Para exercer qualquer um dos direitos acima, o titular pode entrar em contato através do e-mail: privacy@c2050.com.

A C2050 responderá às solicitações em prazo razoável, que não excederá 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias mediante justificativa expressa.

9. COOKIES E TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO

A C2050 utiliza cookies e tecnologias similares para aprimorar a experiência dos usuários, garantir a segurança da plataforma e oferecer conteúdos mais relevantes, sempre em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

Tema	Descrição e Diretrizes
O que são Cookies	Cookies são pequenos arquivos de texto armazenados no dispositivo do usuário quando este acessa um site. Eles permitem que o sistema reconheça o dispositivo e registre preferências e interações anteriores , contribuindo para a personalização e segurança da navegação.
Tipos de Cookies Utilizados	A C2050 adota diferentes categorias de cookies, conforme a finalidade de uso e o nível de necessidade operacional.
Cookies Essenciais	Indispensáveis para o funcionamento básico do site e da plataforma , incluindo autenticação, controle de sessão e segurança. Estes cookies não podem ser desabilitados nos sistemas da Companhia.
Cookies de Desempenho	Responsáveis por coletar informações sobre a utilização do site , como páginas visitadas e tempo de navegação, com o objetivo de otimizar o desempenho e aprimorar a experiência do usuário.
Cookies Funcionais	Permitem que o site registre preferências (como idioma e região) e ofereça recursos personalizados e aprimorados , garantindo conveniência ao usuário.
Cookies de Marketing e Publicidade	Utilizados para entregar conteúdos e anúncios relevantes , mediante rastreamento de navegação entre sites. Seu uso ocorre somente com consentimento expresso do usuário.

Tema	Descrição e Diretrizes
Gestão e Controle de Cookies	Os usuários podem gerenciar suas preferências por meio do painel de configuração de cookies disponível no site, das configurações de seus navegadores (Chrome, Firefox, Safari, Edge, entre outros) ou de ferramentas de bloqueio de cookies de terceiros. A desativação de certos cookies pode, contudo, comprometer a funcionalidade e a experiência do site e da plataforma.
Outras Tecnologias de Rastreamento	Além dos cookies, a C2050 poderá utilizar web beacons, pixels de rastreamento, armazenamento local (Local Storage e Session Storage), identificadores de dispositivos móveis e ferramentas analíticas (como Google Analytics) , exclusivamente para fins legítimos de monitoramento, segurança e melhoria de desempenho da plataforma.

10. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)

10.1. Identificação do Encarregado

A C2050 designou um Encarregado de Proteção de Dados (Data Protection Officer - DPO) responsável por:

- Aceitar reclamações e comunicações dos titulares;
- Prestar esclarecimentos sobre questões de privacidade;
- Adotar providências necessárias para atendimento de solicitações;
- Orientar colaboradores e fornecedores sobre práticas de proteção de dados; e
- Interagir com a ANPD e outras autoridades de proteção de dados.

10.2. Canais de Contato do Encarregado

Em caso de ausência temporária do Encarregado, a C2050 designará um substituto devidamente capacitado para garantir a continuidade das comunicações com titulares e autoridades. O canal de contato também está disponível em português e inglês, assegurando a acessibilidade a titulares localizados fora do Brasil, conforme o artigo 37(7) do GDPR. Para esse efeito se identifica:



Nome: Guilherme Lopes

E-mail: guilherme.lopes@c2050.com ou privacy@c2050.com

Endereço: Av. Paulista, 2202, 7º andar, cj 71 - sala 10-B, São Paulo-SP, CEP 01310-300

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Alterações desta Política

A C2050 reserva-se o direito de modificar esta Política de Privacidade e Proteção de Dados a qualquer momento, especialmente para adaptação a novas legislações, regulamentações ou práticas de mercado.

Em caso de alterações substanciais, os usuários serão notificados através de:

- Publicação da nova versão no site com destaque na página inicial;
- Envio de comunicação por e-mail aos usuários cadastrados; e
- Notificação na plataforma SaaS ao realizar login.

A nova versão entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação. Se o usuário não concordar com as modificações, poderá solicitar a exclusão de sua conta e o apagamento de seus dados pessoais, observadas as obrigações legais de retenção.

11.2. Integração com o Código de Ética e Conduta

Esta Política de Privacidade é parte integrante do Código de Ética e Conduta da C2050 e deve ser interpretada em conjunto com ele. Os princípios éticos da empresa aplicam-se integralmente ao tratamento de dados pessoais.



11.3. Legislação Aplicável e Foro

Esta Política é regida pelas leis da República Federativa do Brasil, especialmente pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Política.

Quando o tratamento envolver titulares residentes na União Europeia, eventuais reclamações poderão ser apresentadas também perante a autoridade supervisora europeia competente, sem prejuízo da jurisdição brasileira.

11.4. Idiomas

Esta Política está disponível em português e inglês. Versões em outros idiomas poderão ser disponibilizadas para facilitar a compreensão, mas em caso de conflito, prevalecerá sempre a versão em português.

11.5. Conformidade com Regulamentações Internacionais

A C2050 observa, além da LGPD, as disposições do Regulamento (UE) 2016/679 (GDPR) e outras legislações internacionais aplicáveis, comprometendo-se a cooperar com as autoridades competentes, inclusive mediante mecanismos de assistência mútua e troca de informações, nos termos do artigo 50 do GDPR.

11.6. Dúvidas, Sugestões e Reclamações

Para quaisquer dúvidas, sugestões ou reclamações relacionadas a esta Política ou ao tratamento de dados pessoais, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados através dos canais indicados na Seção 10.



Os titulares de dados também têm o direito de apresentar reclamação perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

11.7. Data de Vigência

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados entra em vigor na data de sua publicação e permanece válida até que seja substituída por nova versão.

Versão: 1.0

Dublin, 1 de janeiro de 2025.

C2050 – Diretoria Executiva



GLOSSÁRIO

Para facilitar a compreensão desta Política, seguem as definições dos principais termos utilizados:

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Encarregado (DPO): Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.